

Ata N.º	20/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL
ATA N.º 20/2015 DE 30 DE OUTUBRO

----- Aos **trinta** dias do mês de **outubro** do ano de **dois mil e quinze**, nesta vila sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a vigésima reunião camarária do ano em curso, de natureza extraordinária, sob a presidência do Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal, estando presentes a Sr.^a Dr.^a Delfina Maria da Fonseca Gomes, Vereadora a Tempo Inteiro e Vice-Presidente da Câmara, Sr. Eng.º João Reis Paulo, Vereador em regime de meio tempo, Sr. Carlos Dias Mota e Sr. Dr. Cristóvão Malhada Ferreira, Vereadores em regime de não permanência. -----

-----A presente reunião extraordinária foi convocada por iniciativa do Sr. Presidente da Câmara ao abrigo do n.º 1 do artigo 41.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pela Coordenadora Técnica Assistente, Regina Almeida Ramos. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e dez minutos, e verificando-se haver quórum para funcionamento do Executivo e tendo todos os membros ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião.-

----- ORDEM DO DIA -----

----- De seguida passou-se então à análise da **Ordem do Dia** oportunamente entregue à Vereação, como segue: -----

----- **1 - Apreciação e votação do texto definitivo da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 16 de outubro de 2015**, aprovada e assinada em minuta na própria reunião. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta aprovar o texto definitivo da ata, com abstenção do Sr. Vereador Carlos Dias Mota, por não ter estado presente na referida reunião.-----

----- DELIBERAÇÕES DIVERSAS -----

----- **a) Associação Cultural, Recreativa e Desportiva Sport Clube Paivense** – Por ofício registado em 19 de outubro de 2015, informam da comemoração do 35.º aniversário do Clube no próximo dia 31 de Outubro, no qual irão ser homenageados os sócios fundadores, ex-presidentes de direção, atletas e ex-atletas do clube, e solicitam apoio logístico e financeiro para o efeito. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a cedência do Auditório Municipal Carlos Paredes, e a atribuição de um subsídio no montante de mil euros, a processar no mês de novembro do ano em curso-----

----- **b) Junta de Freguesia de Queiriga** – Por ofício N.º 28/2015, de 14 de outubro de 2015, registado em 15 de outubro, informam da conclusão dos trabalhos de calcetamento da Rua do Porto Ferreira, na Queiriga e solicitam o pagamento da comparticipação acordada.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações, deliberado por unanimidade aprovar, em proposta, um apoio financeiro no montante de cinco mil euros, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea j), do n.º 1, do art.º 25.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **c) Grandes Opções do Plano (GOP) e Orçamento Municipal para o Exercício de 2016 – Apresentação e aprovação em proposta.** -----

----- Foi presente à reunião a Proposta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 22 de outubro, do seguinte teor integral:-----

“Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais (doravante RJAL) aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.ºs 46-C/2013, de 1 de novembro, e 50-A/2013, de 11 de novembro, e alterada pelas Leis n.ºs 25/2015, de 30 de março, e 69/2015, de 16 de julho.

De acordo com o n.º 1 do art.º 45.º do referido RFAL, a câmara municipal tem que apresentar à assembleia municipal, até 31 de outubro de cada ano, a proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte, devendo incluir os elementos referidos no art.º 46.º do mesmo regime.

Na elaboração da proposta do Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano (GOP) para o exercício de 2016, foram tidas em consideração as transferências do Orçamento do Estado para 2016 previstas no Mapa XIX da Lei do Orçamento do Estado para 2015 aprovada pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, dado não ter sido ainda apresentada a Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2016.

Apesar dos constrangimentos financeiros que ainda se fazem sentir por força da conjuntura económica o Município continuará a prosseguir as suas atribuições, definindo as prioridades que entenda relevantes para o futuro das suas populações,

Ata N.º	20/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	

acautelando os meios de que dispõe e procurando ativamente outras fontes de financiamento, nacionais e comunitárias.

O Orçamento Municipal proposto importa quer do lado da receita quer do lado da despesa em € 9.842.724,00.

No âmbito dos investimentos a realizar previstos no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) integrado nas Grandes Opções do Plano (GOP), muito irá depender da capacidade do Município se cofinanciar, nomeadamente através da captação de fundos nacionais e comunitários, quer ainda no âmbito dos fundos estruturais no âmbito do novo quadro de apoio comunitário Portugal 2020.

De referir que de acordo com o n.º 3 do art.º 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município, aprovados pelo Regulamento n.º 890/2010 publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 243, de 17 de Dezembro de 2010, a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), determinada com base na aplicação de um percentual sobre a fatura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, é aprovada anualmente pelo Município até ao final do mês de Dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência.

Por sua vez, o n.º 1 do art.º 8.º do mesmo Regulamento n.º 890/2010 dispõe que os valores das taxas municipais previstas na Tabela de Taxas, anexa ao referido Regulamento, podem ser atualizados em sede de orçamento anual de acordo com a taxa de inflação, utilizando-se para o efeito a taxa de variação média dos últimos doze meses do Índice de Preços no Consumidor (IPC), exceto habitação, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, com referência ao mês imediatamente anterior ao da elaboração do Orçamento Municipal.

Face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere:

a) Ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais (RJAL) aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro aprovar, em proposta, as Grandes Opções do Plano (GOP) e o Orçamento Municipal para o ano de 2016, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal;

b) Ao abrigo do n.º 3 do art.º 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município, aprovados pelo Regulamento n.º 890/2010, manter em 0,25% a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), para o exercício de 2016;

c) Ao abrigo do n.º 1 do art.º 8.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município, aprovados pelo Regulamento n.º 890/2010, manter, para o exercício de

2015, o valor das demais taxas municipais, atendendo à atual conjuntura económica que ainda continua a afetar as famílias e as empresas.”

----- O Sr. Presidente procedeu à apresentação detalhada das grandes opções do plano e do orçamento para o exercício de 2016, e prestou os esclarecimentos solicitados pela Vereação. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta, com abstenção do Sr. Vereador Cristóvão, aprovar, em proposta, as Grandes Opções do Plano (GOP) e o Orçamento Municipal para o ano de 2016, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e aprovar o demais constante na proposta, a submeter igualmente à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- **d) Mapa de Pessoal para vigorar no ano de 2016** – Proposta de aprovação do Sr. Presidente da Câmara datada de 26 de outubro de 2016. -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 26 de outubro de 2015, do seguinte teor integral: -----

“1. De acordo com os n.ºs 1 e 2 do art.º 1.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (doravante LTFP) aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho, retificada pela Declaração de Retificação n.º 37-A/2014, de 19 de agosto, a LTFP é aplicável à administração direta e indireta do Estado e, com as necessárias adaptações, designadamente no que respeita às competências em matéria administrativa dos correspondentes órgãos de governo próprio, aos serviços da administração regional e da administração autárquica.

2. De realçar que de acordo com o n.º 2 do art.º 44.º do diploma preambular da LTFP, o novo regime não prejudica a vigência de normas da lei do orçamento do Estado em vigor.

3. Os municípios dispõem de mapas de pessoal anuais, tendo em conta as atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução (n.º 1 do art.º 29.º da LTFP), devendo o mapa de pessoal conter a indicação do número de postos de trabalho de que o município carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, e com a caracterização prevista no n.º 2 do mesmo artigo.

4. Como resulta da aplicação conjugada do n.º 4 do art.º 29.º da LTFP, com a alínea o), do n.º 1, do art.º 25.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e alínea a), do n.º 2, do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de Abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro, o mapa de

Ata N.º	20/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	

peçoal é aprovado pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, juntamente com a proposta de orçamento municipal.

5. Para efeitos da orçamentação e gestão das despesas com o pessoal para o ano de 2016, compete à câmara municipal, ainda nos termos do disposto no art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, cotejado com o art.º 31.º, n.º 1, da LTFP, prever as verbas destinadas a suportar os encargos com as remunerações dos trabalhadores que se devam manter em exercício de funções, bem como decidir sobre o montante máximo de cada um dos seguintes encargos (se legalmente admissível):

a) Com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalhos previstos, e não ocupados, no mapa de pessoal aprovado e, ou;

b) Com alterações do posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores que se mantenham em exercício de funções, se legalmente

c) Com a atribuição de prémios de desempenho dos trabalhadores da Câmara Municipal.

6. O Mapa de Pessoal proposto em anexo está desdobrado em função das unidades orgânicas e demais serviços previstos na estrutura orgânica flexível em vigor aprovada pela Deliberação n.º 74/2013 publicada na 2.ª Série do Diário da República n.º 8, de 11 de Janeiro de 2013, na sequência da adequação da estrutura orgânica às regras e critérios previstos na Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto, conjugada com as disposições do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro.

7. No quadro seguinte apresenta-se a evolução do número de trabalhadores ao serviço do Município desde 1 de janeiro de 2009 até 31 de dezembro de 2014, bem como a sua previsão para 31 de dezembro de 2015:

	Número de trabalhadores	31.12 2008	31.12 2009	31.12 2010	31.12 2011	31.12 2012	31.12 2013	31.12 2014	31.12 2015
(1)	Trabalhadores transitados em 01.01.2009 do regime de nomeação definitiva para o regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado	82	81	79	76	75	73	71	68

(2)	<i>.Trabalhadores contratados por tempo indeterminado após 01.01.2009</i>	0	0	43	46	47	48	48	46
(3)	<i>Trabalhadores em regime de trabalho por tempo indeterminado = (1) + (2)</i>	82	81	112	122	122	121	119	114
(4)	<i>Contratados a termo resolutivo certo</i>	61	56	20	1	9	0	0	0
(5)	<i>Contratados a termo resolutivo incerto</i>	0	0	0	5	5	5	5	5
(6)	<i>Total de trabalhadores = (3) + (4) + (5)</i>	143	137	132	128	136	126	124	119

8. De referir que aderiram ao Programa de Rescisões por Mútuo Acordo na Administração Local, regulamentado pela Portaria n.º 209/2014, de 13 de outubro, os seguintes quatro trabalhadores municipais:

– Aida da Fonseca Ferreira, detentora de vínculo de emprego público titulado por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, a tempo parcial, integrada na carreira geral de assistente operacional, com a categoria de assistente operacional, afeta à Unidade Social e Cultural (USC) – Autorizada a rescisão por deliberação da Câmara Municipal de 7 de novembro de 2014, tendo cessado funções em 11 de novembro de 2014;

– Hermínia Marques Rodrigues, detentora de vínculo de emprego público titulado por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, a tempo parcial, integrada na carreira geral de assistente operacional, com a categoria de assistente operacional, afeta à Unidade Social e Cultural (USC) – Autorizada a rescisão por deliberação da Câmara Municipal de 7 de novembro de 2014, tendo cessado funções em 11 de novembro de 2014;

– Horácio Manuel de Sousa Leal, detentor de vínculo de emprego público titulado por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (transitado da nomeação definitiva), integrado na carreira geral de assistente operacional, com a categoria de assistente operacional, afeto à Divisão Técnica de

Ata N.º	20/2015
Livro N.º	Folha N.º
37	

Obras e Urbanismo (DTOU) – Autorizada a rescisão por deliberação da Câmara Municipal de 7 de abril de 2015, tendo cessado funções em 30 de abril de 2015;

– Teresa Cristina Morgado Afonso, detentora de vínculo de emprego público titulado por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (transitada da nomeação definitiva), integrada na carreira geral de assistente técnico, com a categoria de assistente técnica, afeta à Unidade Social e Cultural (USC) – Autorizada a rescisão por deliberação da Câmara Municipal de 15 de maio de 2015, tendo cessado funções em 15 de junho de 2015.

9. Foram reduzidos ao mapa de pessoal os seguintes dois postos de trabalho que se encontravam ocupados pelos trabalhadores que também se indicam, decorrente da aplicação do instituto da mobilidade:

– Margarida Sofia de Matos Dias, detentora de vínculo de emprego público titulado por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (transitada em 1 de janeiro de 2009 da nomeação definitiva), integrada na carreira geral de técnico superior, com a categoria de técnica superior (área de psicologia) – Por n/ Despacho de 17 de agosto de 2015, a solicitação do Município da Lousã, autorizada a mobilidade na categoria da referida trabalhadora para aquele município, por um período de dezoito meses, com efeitos desde 14 de setembro de 2015, ao abrigo do n.º 2 do art.º 93.º, e n.º 1 do art.º 97.º, da LTFP;

– Jaime Soares Ferreira, detentor de vínculo de emprego público titulado por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (transitado da nomeação definitiva), integrado na carreira geral de técnico superior, com a categoria de técnico superior (área de engenharia civil), afeto à Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU) – Por n/ Despacho de 26 de outubro de 2015, a solicitação do Município de Castro Daire, foi autorizada a consolidação da mobilidade na categoria do referido trabalhador no mapa de pessoal daquele município, com efeitos a partir de 1 de novembro de 2015, ao abrigo da alínea a), do n.º 3 do art.º 99.º da LFTP, onde se encontrava desde 1 de maio de 2014 em mobilidade interna na categoria, autorizado ao abrigo do art.º 62.º, n.º 1, da agora revogada LVCR, pelo período de dezoito meses.

10. Como se constata no quadro supra, prevê-se que em 31 de Dezembro de 2015 o Município de Vila Nova de Paiva contará com o total de 119 (cento e dezanove) trabalhadores ao serviço com vínculo de emprego público, sendo:

– 114 (cento e catorze) na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, dos quais 68 (sessenta e oito) transitaram em 1 de janeiro de 2009 do regime de nomeação definitiva, e 46 (quarenta e seis) na

modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado contratados após 1 de Janeiro de 2009, ao abrigo do então Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP) aprovado em anexo à Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro; e

– 5 (cinco) na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto (assistentes operacionais da área de sapadores florestais).

11. Não há pessoal com vínculo de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo.

Não há atualmente qualquer procedimento concursal em curso.

12. O Mapa de Pessoal anexo, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, com a proposta de Orçamento Municipal, reflete as necessidades de pessoal para as atividades a desenvolver para o exercício de 2016, prevendo-se um posto de trabalho no âmbito do cargo de Chefe da DTOU, um posto de trabalho de técnico superior (área de direito) na DAF, um posto de trabalho de encarregado operacional na DTOU e dois postos de trabalho de assistentes operacionais (um na DTOU e outro na USC).

Assim, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva que delibere aprovar, juntamente com a Proposta de Orçamento Municipal para 2016, o Mapa de Pessoal anexo para vigorar no ano de 2016, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva de harmonia com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, conjugada com o n.º 4 do art.º 29.º da LTFP e alínea a), do n.º 2, do artigo 3.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro.”

----- DELIBERAÇÃO: Após algumas considerações, deliberado por maioria absoluta, com abstenção do Sr. Vereador Cristóvão, aprovar, em proposta, o Mapa de Pessoal para o ano de 2016, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- APROVAÇÃO EM MINUTA -----

----- A presente ata foi aprovada em minuta na própria reunião, por unanimidade, sob proposta verbal do Sr. Presidente, nos termos do que dispõe o n.º 3 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e foi assinada pelos membros que a aprovaram. -----

----- ENCERRAMENTO -----

----- E não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas e quarenta minutos, pelo que de tudo, para constar, se lavrou

Reunião extraordinária de 30 de outubro de 2015

Ata N.º 20/2015	
Livro N.º	Folha N.º
37	

[illegible]